



Período regencial (Brasil) – parte 1

A Abdicação de D. Pedro I deu início ao Período Regencial.

Período regencial é como ficou conhecido o decênio de 1831 a 1840 na História do Brasil, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I e a "Declaração da Maioridade", quando seu filho D. Pedro II teve a maioridade proclamada.

Nascido a 2 de dezembro de 1825, Pedro II contava, quando da renúncia paterna, 5 anos e 4 meses, não podendo portanto assumir o governo que, por força da lei, seria dirigido por uma regência integrada por três representantes. Durante esta década sucederam-se

quatro regências: A Provisória Trina, a Permanente Trina, a Una de Feijó e a Una de Araújo Lima.

Foi um dos mais importantes e agitados períodos da História brasileira; nele se firmaram a unidade territorial do país e a estruturação das Forças Armadas, além de serem discutidos o grau de autonomia das províncias e a centralização do poder.

Ocorre nesta fase uma série de rebeliões localizadas, como a Cabanagem, no Grão-Pará, a Balaiada no Maranhão, a Sabinada, na Bahia, e a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, a maior e mais longa — que mostravam descontentamento com o poder central e as tensões sociais latentes da nação recém-independente — o que provocou o esforço conjunto de opositores por manter a ordem. Sobre o período registrou Joaquim Nabuco: "No Brasil, porém, a Regência foi a república de fato, a república provisória...". Tratava-se de se construir um arranjo político que garantisse aos grupos a preservação de seus interesses.

Antecedentes: a queda do primeiro imperador

A estrutura construída na Independência fez com que fosse organizado um sistema político que colocava os municípios dependentes das províncias e estas, ao poder central; e ainda "adotaram um sistema de eleições indiretas baseado no voto qualificado (censitário), excluindo a maior parte da população do processo eleitoral. Disputaram avidamente títulos de nobreza e monopolizaram posições na Câmara, no Senado, no Conselho de Estado e nos Ministérios".

Tal "Conselho de Estado", implementava o Poder Moderador instituído por Pedro I, quando dissolvera a Constituinte: formado por membros vitalícios, nomeados pelo monarca, não mais que em número de dez, tinham por função ser ouvidos "em todos os negócios graves e medidas gerais de pública administração, principalmente sobre a declaração de guerra, ajuste de paz, negociações com as nações estrangeiras, assim como em todas as ocasiões em que o imperador se propunha exercer qualquer das atribuições do Poder Moderador" - e ao qual se opunham fortemente os liberais.

Ocorrera em França a Revolução de 1830, derrubando o monarca Carlos X de França cujas ideias liberais se espalharam pelas demais nações, inclusive o Brasil. No país surgiram jornais como o Aurora Fluminense, de Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro; em São Paulo ocorre a morte de Libero Badaró, o que teria inflamado ainda mais os ânimos contra o Imperador.

Buscavam os liberais - divididos entre ximangos e exaltados - que D. Pedro I afirmasse a moderação do ministério e desvincula-lo com o arcabouço institucional herdado de seu pai, em oposição aos restauradores - que defendiam a permanência. O Imperador efetuara uma viagem a Minas Gerais, onde foi recebido com frieza; ao voltar à Corte, foi recebido pelos portugueses com uma manifestação noturna de luminárias e, reagindo os nacionais, ocorrem conflitos conhecidos por Noite das Garrafadas. Desfaz o monarca o ministério, de índole moderada, substituindo-o por outro que foi recebido como absolutista - o que inflama ainda mais os ânimos.

A reação de Pedro I causou surpresa mesmo entre os exaltados, pois o imperador abdica em favor de seu filho menor, às 2 horas da madrugada de 7 de abril de 1831: os seus opositores queriam, somente, a restauração do ministério moderado. O gesto dá início ao período regencial.

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA

Os regentes provisórios: *Lima e Silva, Campos Vergueiro e Carneiro de Campos*

Apesar do recesso parlamentar, dentro de poucas horas após a abdicação, senadores e deputados que se achavam na Corte se reúnem. No Paço do Senado recebem oficialmente do general Francisco de Lima e Silva a renúncia do Imperador. Elegem a Regência Provisória, composta por três senadores: Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos. Compunha-se, assim, de um militar de prestígio evidente, um liberal e um conservador, respectivamente. Tal regência estava prevista no Título 5º, Capítulo V, Artigos 121 a 130 da Constituição Política do Império do Brasil.

Tão logo tomou posse, um dos primeiros atos da Regência foi restituir em seus cargos os ministros demitidos por Pedro I. Convocou a Assembleia Legislativa, anistiou os criminosos políticos e afastou das tropas os estrangeiros suspeitos e desordeiros.

Foi publicado um manifesto no qual o povo era exortado a manter a ordem, e ainda expondo as diretrizes políticas e administrativas do novo governo. Nele a junta governativa declara, com exagero que seus inimigos "eram tão poucos e tão fracos, que não mereciam consideração; mas que velava sobre eles como se fossem muitos e fortes". Apesar dos esforços por restaurar a ordem, não pode evitar que, tanto no Rio como nas Províncias, conflitos ocorressem entre soldados e portugueses adeptos do Partido Restaurador.

Dois dias após a abdicação, a 9 de abril, o jovem sucessor do trono é aclamado Imperador. A Junta dos regentes leva-o até o Paço da Cidade, onde é apresentado ao povo. De tão jovem, teve o menino que acenar seu lenço sobre uma cadeira, na beirada de uma janela. No mesmo dia a Junta expede decreto de anistia "aos cidadãos condenados ou mesmo pronunciados por crimes políticos e aos réus militares condenados por crimes de deserção".

O ex-monarca nomeara a José Bonifácio de Andrada e Silva, de quem se reconciliara após o conturbado rompimento, como tutor de seus filhos. Para a proteção do jovem imperador e suas irmãs, Francisca e Januária, que também permaneceram no país, ficaram os príncipes nos palácios de São Cristóvão ou Boa Vista, então subúrbios da Capital. Tinha início um conturbado período, em que a unidade territorial do país, e a autoridade central, foram questionados e postos à prova por motins, revoltas e rebeliões.

Andrada, paulista, pedira ao diplomata francês Eduardo Pontois apoio a um eventual traslado do jovem príncipe, em caso de necessidade face as instabilidades políticas, para São Paulo, para onde mudaria a capital, obtendo resposta evasiva do estrangeiro.

D. Pedro I ficara em águas brasileiras até sua volta para a Europa; inicialmente embarcado numa fragata inglesa, foi na corveta francesa Volage que o ex-imperador vem a partir. Em 13 de abril, a Regência anuncia a saída do ex-monarca do território nacional e o povo, festejando, sai às ruas para comemorar a "queda do tirano".

A Regência provisória tem de agir imediatamente, para conter revoltas que eclodem nas províncias: na Bahia, a pretexto de antigas desavenças, brasileiros atacam os portugueses e foi preciso ser pacificada. De igual modo teve de agir em Pernambuco e em Minas Gerais.

O caráter provisório desta regência dura até a eleição de nova regência tripartite, como "Permanente", em 3 de maio daquele ano.

José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patriarca da Independência, foi um naturalista e estadista brasileiro que teve forte influência política nos primeiros anos do Brasil Império. Ele ocupou cargo de ministro, além de ter sido constituinte e tutor de dom Pedro II. Representante das elites rurais, foi um político conservador, apesar de ter liderado o movimento pela Independência do Brasil e participado da luta pela abolição da escravatura.

José Bonifácio de Andrada e Silva,

Nasceu em Santos, no dia 13 de junho de 1763, em uma família de ricos comerciantes ligados à aristocracia portuguesa. Como todo brasileiro de posses, foi estudar em Portugal. Ele cursou ciências naturais e direito em Coimbra, destacando-se como geólogo. Financiado pela corte portuguesa, viajou por mais de dez anos pela Europa, absorvendo conhecimentos em diversas áreas, principalmente em mineralogia. Aos 37 anos, era um cientista conhecido e consagrado. De volta à Universidade de Coimbra, deu aulas de metalurgia, em um cargo criado especialmente para ele. Foi intendente-geral das minas de Portugal e chegou a chefiar a polícia da cidade do Porto.

Em 1819, aos 56 anos, retornou ao Brasil, onde a corte portuguesa estava instalada desde 1808. Logo se engajou na luta pela autonomia da colônia. Em 24 de dezembro de 1821, quando a corte determinou que o príncipe regente dom Pedro I retornasse a Portugal, José Bonifácio escreveu-lhe uma carta pedindo que ficasse no Brasil. Certamente foi por influência de José Bonifácio que dom Pedro I aderiu ao movimento pela independência. Alguns historiadores consideram que foi graças à sua orientação que a independência se deu sem choques. José Bonifácio foi nomeado ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros em janeiro de 1822.

Proclamada a independência, José Bonifácio organizou a repressão contra aqueles que resistiam à separação do Brasil. Como ministro, implantou uma política centralizadora que lhe trouxe muitos inimigos. Acabou rompendo com o imperador e foi demitido do cargo em 1823. Na oposição, ele e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco passaram a combater o governo de dom Pedro I na Assembleia e no jornal Tamoio, que fundaram em agosto de 1823. Os três acabaram exilados na França por seis anos. De volta ao Brasil, José Bonifácio reconciliou-se com o imperador. Em 1831, ao abdicar do trono brasileiro e retornar a Portugal, dom Pedro I escolheu José Bonifácio como tutor de seu filho, o futuro dom Pedro II. Ele permaneceu no cargo até 1833, quando foi demitido pelo governo da Regência.

José Bonifácio de Andrada e Silva morreu aos 75 anos, em uma modesta casa em Niterói, no dia 6 de abril de 1838.